

**APROVADO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**MENSAGEM Nº 011/97**  
**Projeto de Lei nº 011/97**

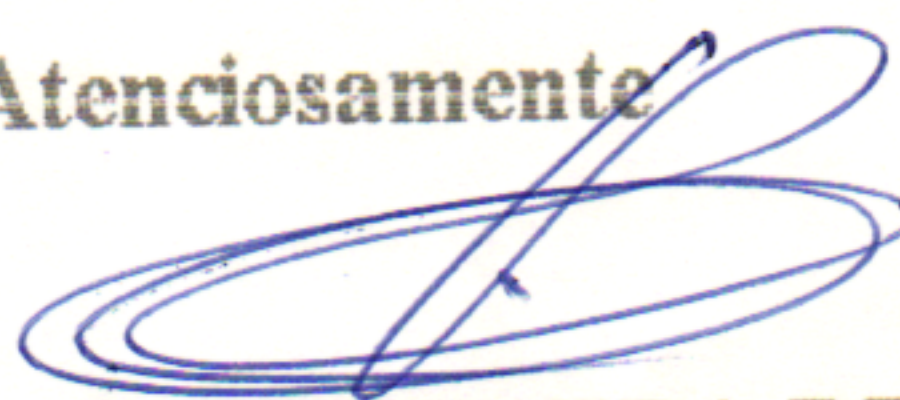
**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES,**

Com atenciosos cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência e aos demais componentes deste Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 011/97 que "Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 004/97, de 11.03.97, e dá outras providências".

Informo a Vossas Excelências que é de suma importância a contratação de um operador de usina, para auxiliar a CERON deste Município, principalmente agora com a expansão de rede que conseqüentemente aumentará os serviços da referida usina, como é do conhecimento dos nobres vereadores.

Certo do costumeiro apoio que certamente receberei desta Casa de Leis, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente



**ADAIR FERREIRA DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL**

**Exmo Senhor  
Ronaldo Oliveira Pereira  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
BURITIS - RONDÔNIA.**



**APROVADO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**PROJETO DE LEI Nº 011/97**  
**De 15 de Abril de 1997**

**"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO  
DA LEI MUNICIPAL Nº 004/97  
DE 11.03.97, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA,  
APROVA:**

**Art. 1º- Fica acrescentado ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 004/97 de 11.03.97, a função de Operador de Usina, com salário mensal de R\$-150,00 (cento e cinquenta reais).**

**Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE  
RONDÔNIA, aos 15 dias do mês de Abril do ano de 1997.**



**ADAIR FERREIRA DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL**



**APROVADO**

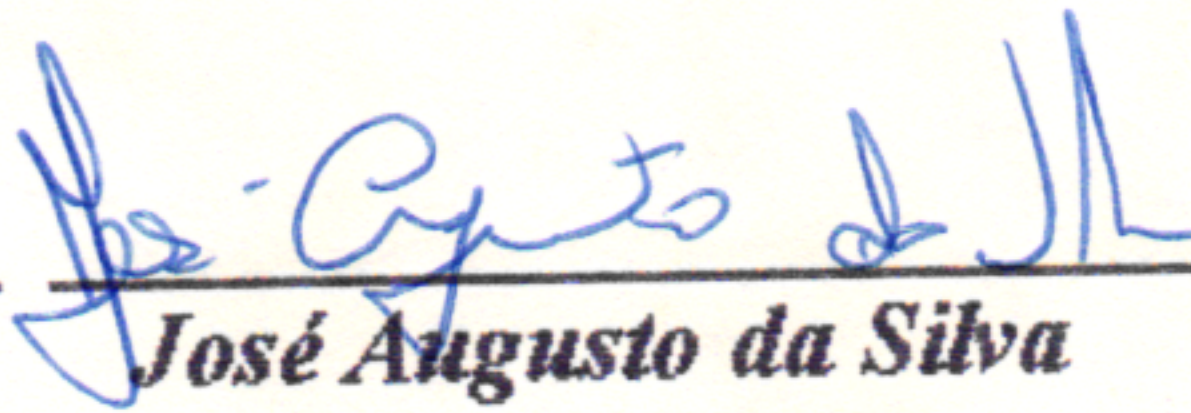
PARECER N.º 020/97  
DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N.º 011/97  
DE 15 DE ABRIL DE 1997.  
DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**“QUE DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO  
DA LEI MUNICIPAL N.º 004/97 DE 11  
DO MARÇO DE 1997.”**

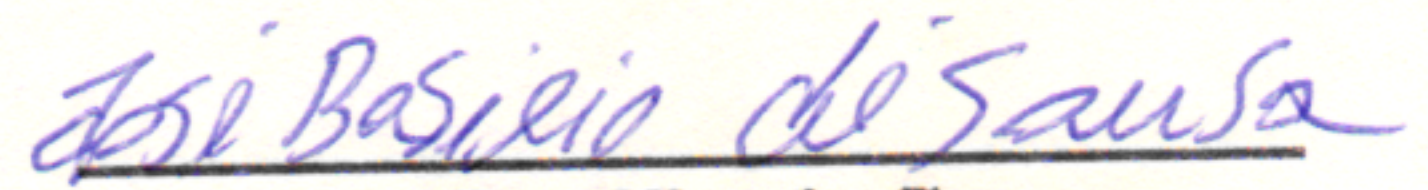
A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização  
estiveram reunida com o Presidente, Relator e Membro e obteve o seguinte Parecer, por  
se tratar de suma importância para o bom desempenho da Usina termoeleétrica de Buritis  
em seu quadro funcional teve o Projeto de Lei N.º 011/97 que altera a Lei N.º 004/97,  
votos favoráveis do Presidente, do Relator e do Membro.



*Alberone V. Dorneles*  
Presidente



*José Augusto da Silva*  
Relator



*José Basílio de Souza*  
Membro

Câmara Municipal de Buritis - RO, aos 05 dias do mês de Maio de 1997.



**APROVADO**

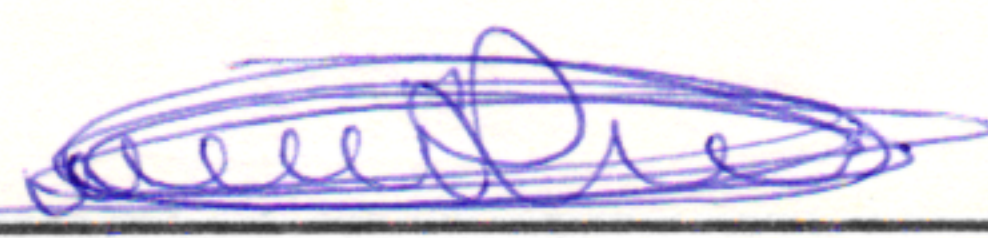
**PARECER N.º 017/97  
DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
PROJETO DE LEI N.º 011/97  
DE 15 DE ABRIL DE 1997.  
DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

**“QUE DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO  
DA LEI MUNICIPAL N.º 004/97 DE 11  
DO MARÇO DE 1997.”**

A Comissão de Justiça e Redação estiveram reunida com o Presidente, Relator e Membro e obteve o seguinte Parecer, por se tratar de suma importância para o bom desempenho da Usina termoeletrica de Buritis em seu quadro funcional teve o Projeto de Lei N.º 011/97 que altera a Lei N.º 004/97, votos favoráveis do Presidente, do Relator e do Membro



**José Rosendo de Silva  
Presidente**



**Ismaildo Ribeiro da Silva  
Relator**



**Carlos Rebelo de Almeida  
Membro**

**Câmara Municipal de Buritis - RO, aos 05 dias do mês de Maio de 1997.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO**

**PARECER JURÍDICO**

**REFERENTE PROJETO DE LEI N.º 011/97, DE  
AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE VERSA SOBRE A ALTERAÇÃO  
DA LEI MUNICIPAL N.º 004/97.**

**DA CONSTITUCIONALIDADE**

Conforme se desprende do Artigo 56, Inciso I da Lei Orgânica Municipal, compete ao Prefeito a iniciativa de Leis de interesse do Município, sendo que isto está em consonância com o Inciso I do Artigo 30 da Constituição Federal, que reza caber ao Município legislar sobre matérias de seu interesse.

Segundo o Artigo 40, Incisos I e II da Lei Orgânica Municipal, é de competência do Prefeito os Projetos de Lei que criem cargos ou versem sobre servidores públicos.

Neste diapasão, tem-se que o presente Projeto de Lei é plenamente constitucional, tendo o Legislativo a competência de analisa-lo, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Regimento Interno desta Casa de Leis.

**Buritis - RO, aos 05 dias do mês de Maio do ano de 1997.**

**CARLOS HENRIQUE BUENO DA SILVA  
OAB/RO N.º 526 - A**



**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO**

**PARECER JURÍDICO**

**REFERENTE PROJETO DE LEI N.º 011/97, DE  
AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE VERSA SOBRE A ALTERAÇÃO  
DA LEI MUNICIPAL N.º 004/97.**

**DA CONSTITUCIONALIDADE**

Conforme se desprende do Artigo 56, Inciso I da Lei Orgânica Municipal, compete ao Prefeito a iniciativa de Leis de interesse do Município, sendo que isto está em consonância com o Inciso I do Artigo 30 da Constituição Federal, que reza caber ao Município legislar sobre matérias de seu interesse.

Segundo o Artigo 40, Incisos I e II da Lei Orgânica Municipal, é de competência do Prefeito os Projetos de Lei que criem cargos ou versem sobre servidores públicos.

Neste diapasão, tem-se que o presente Projeto de Lei é plenamente constitucional, tendo o Legislativo a competência de analisa-lo, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Regimento Interno desta Casa de Leis.

**Buritis - RO, aos 05 dias do mês de Maio do ano de 1997.**

**CARLOS HENRIQUE BUENO DA SILVA  
OAB/RO N.º 526 - A**



## PARECER JURÍDICO

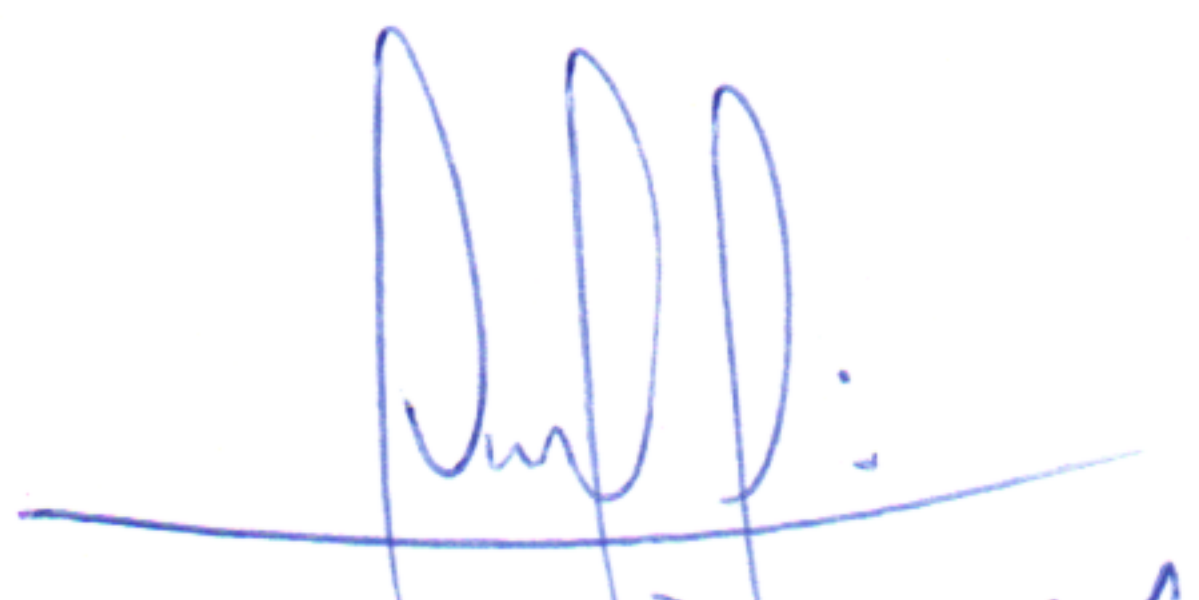
Referente Projeto de Lei nº 011/97, de autoria do Executivo Municipal, que versa sobre "Alteração da Lei Municipal nº 004/97, de 11.03.97".

### DA CONSTITUCIONALIDADE

Conforme se depreende do artigo 56, I, da Lei Orgânica Municipal, compete ao Prefeito a iniciativa de ~~Leis~~ do interesse do Município, sendo que isto está em consonância com o inciso I do artigo 30 da Constituição Federal, que reza caber ao Município legislar sobre matérias de seu interesse.

Segundo o artigo 40, incisos I e II da Lei Orgânica Municipal, é de competência exclusiva do Prefeito os Projetos de Lei que criem cargos ou venham sobre serviços públicos.

Neste diapasão, tem-se que o presente Projeto de Lei é plenamente constitucional, tendo o Legislativo a competência de analisá-lo, segundo os parâmetros estabelecidos pelo Regimento Interno da Casa.

  
OAB/PO-526-A

**APROVADO**